

Sumário

Capítulo 1 – Introdução à execução jurisdicional.....	1
1.1 Tutela jurisdicional executiva	1
1.1.1 Distinções necessárias	3
1.1.2 A execução e os direitos a uma prestação.....	5
1.1.3 Cognição executiva.....	6
1.2 Formas de execução	8
1.3 Classificações das execuções.....	10
1.4 Estruturação normativa das execuções no CPC.....	12
Capítulo 2 – Normas fundamentais	15
2.1 Normas fundamentais do processo aplicáveis à execução	15
2.1.1 Contraditório.....	16
2.1.2 Boa-fé processual	17
2.1.3 Cooperação.....	19
2.1.4 Proporcionalidade	21
2.1.5 Adequação	21
2.1.6 Instrumentalidade das formas.....	22
2.1.7 Duração razoável do processo	23
2.1.8 Promoção da gestão consensual dos conflitos.....	24
2.1.9 Autorregramento da vontade e negócios processuais	26
2.1.9.1 Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos.....	27
2.1.9.2 Negócios jurídicos sobre títulos executivos.....	28
2.1.9.3 <i>Pactum de non exequendo</i>	30

2.1.9.4 Negócios jurídicos sobre impenhorabilidades	30
2.1.9.5 Negócios jurídicos sobre meios executórios	31
2.2 Normas fundamentais específicas da execução.....	33
2.2.1 Efetividade processual	33
2.2.2 Menor onerosidade da execução	36
2.2.3 Primazia da tutela específica	38
2.2.4 Atipicidade dos meios executórios.....	39
2.2.4.1 Poder geral de efetivação.....	39
2.2.4.2 Requisitos para deferimento de medidas atípicas	43
2.2.4.3 Exemplos de medidas executórias atípicas.....	47
2.2.4.4 Prisão civil como meio executório atípico	49
2.2.5 Responsabilidade patrimonial.....	54
2.2.6 Disponibilidade da execução	55
2.2.7 Responsabilidade do exequente.....	57
Capítulo 3 – Partes no processo de execução.....	61
3.1 Legitimidade ativa.....	61
3.2 Legitimidade passiva	64
3.3 Cumulação de execuções	67
3.4 Litisconsórcio na execução	68
3.5 Intervenção de terceiros na execução.....	69
Capítulo 4 – Título executivo	73
4.1 Considerações gerais.....	73
4.1.1 Natureza jurídica	73
4.1.2 Indispensabilidade do título executivo.....	74

4.1.3	Tipicidade legal dos títulos executivos	74
4.1.4	Questionamento judicial do título extrajudicial	76
4.1.5	Opção pelo processo de conhecimento	76
4.1.6	Título executivo extrajudicial estrangeiro	77
4.2	Títulos executivos judiciais	78
4.2.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	78
4.2.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial	83
4.2.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza	89
4.2.4	Formal e certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal	90
4.2.5	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial	91
4.2.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado	92
4.2.7	Sentença arbitral	93
4.2.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	94
4.2.9	A decisão interlocutória estrangeira após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça ...	95
4.3	Títulos executivos extrajudiciais	96
4.3.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	97
4.3.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	99

4.3.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	100
4.3.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	102
4.3.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução ...	105
4.3.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte	106
4.3.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio	107
4.3.8 Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	107
4.3.9 Certidão de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	108
4.3.10 Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.....	109
4.3.11 Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	110
4.3.12 Todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	111
Capítulo 5 – Exigibilidade e inadimplemento	113
5.1 Obrigação	113
5.1.1 Liquidez	113

5.1.2 Certeza.....	114
5.1.3 Exigibilidade.....	115
5.2 Inadimplemento	115
5.2.1 Adimplemento parcial	116
5.2.2 Adimplemento superveniente.....	116
5.2.3 Prova do pagamento	117
5.2.4 <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	117
5.2.5 Inadimplemento relativo e absoluto	118
Capítulo 6 – Responsabilidade patrimonial	119
6.1 Devedor e responsável patrimonial	119
6.2 Delimitação temporal da responsabilidade patrimonial.....	120
6.3 Responsáveis patrimoniais	121
6.3.1 Responsabilidade do sucessor a título singular em caso de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória	121
6.3.2 Responsabilidade do espólio e do herdeiro	122
6.3.3 Responsabilidade do sócio	122
6.3.4 Responsabilidade de terceiros por bens do devedor em seu poder	123
6.3.5 Responsabilidade dos cônjuges ou companheiros.....	124
6.3.6 Responsabilidade decorrente da fraude à execução	124
6.3.7 Responsabilidade decorrente da fraude contra credores	125
6.3.8 Responsabilidade decorrente da desconsideração da personalidade jurídica.....	126

6.3.9 Responsabilidade no regime do direito de superfície sobre imóvel	128
6.3.10 Responsabilidade do fiador e o benefício de ordem	129
Capítulo 7 – Fraude à execução.....	131
7.1 Considerações iniciais.....	131
7.2 Hipóteses de fraude à execução	133
7.2.1 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens sobre os quais pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver	133
7.2.2 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do artigo 828	133
7.2.3 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando tiver sido averbada, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude	135
7.2.4 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência	135
7.2.5 Fraude à execução nos demais casos expressos em lei	137
7.2.6 Fraude à execução na alienação ou oneração de bens não sujeitos a registro	138
7.3 Processamento	139
Capítulo 8 – Condução do processo e atos atentatórios à dignidade da Justiça	141
8.1 Poderes/deveres do juiz na condução do processo executivo	141

8.1.1 Ordem de comparecimento das partes.....	141
8.1.2 Advertência ao executado de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça.....	142
8.1.3 Determinação de fornecimento de informações relacionadas ao objeto da execução	143
8.2 Atos atentatórios à dignidade da justiça	144
8.2.1 Considerações gerais.....	144
8.2.2 Condutas atentatórias à dignidade da justiça.....	145
8.2.3 Sanção processual.....	148
Capítulo 9 – Liquidação de sentença.....	153
9.1 Considerações gerais.....	153
9.2 Cabimento	154
9.3 Procedimento.....	155
9.4 Modalidades de liquidação	159
9.4.1 Liquidação por arbitramento	159
9.4.2 Liquidação pelo procedimento comum.....	161
Capítulo 10 – Disposições gerais sobre o cumprimento de sentença	163
10.1 Evolução da execução fundada em título judicial	163
10.2 Panorama do procedimento	164
10.3 Prazo prescricional	165
10.4 Protesto da decisão e negativação do nome do devedor	166
10.5 Competência	168
10.5.1 Foros concorrentes.....	170

10.5.2	Cooperação judiciária nacional nas demandas executórias....	172
10.6	Comunicação processual do devedor	176
10.7	Prazo para pagamento voluntário.....	178
Capítulo 11	– Impugnação ao cumprimento de sentença.....	181
11.1	Procedimento.....	181
11.2	Prazo para impugnação.....	183
11.3	Fundamentação	185
11.3.1	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia	186
11.3.2	Ilegitimidade de parte	186
11.3.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação....	187
11.3.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	188
11.3.5	Excesso de execução	188
11.3.6	Cumulação indevida de execuções.....	189
11.3.7	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	189
11.3.8	Causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	190
11.4	Efeito suspensivo	191
11.5	Exceção de pré-executividade.....	192
Capítulo 12	– Cumprimento provisório da sentença.....	195
12.1	Considerações gerais.....	195
12.2	Responsabilidade do exequente pela reforma ou anulação da sentença	196
12.3	Caução	198

12.3.1 Exigência da caução	198
12.3.2 Dispensa da caução	200
12.4 Procedimento	204
Capítulo 13 – Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia	209
13.1 Pagamento espontâneo	209
13.2 Requerimento de cumprimento de sentença	211
13.3 Apreciação do demonstrativo do crédito	214
13.3.1 Suspeita de excesso no valor da execução	214
13.3.2 Dados necessários à elaboração do demonstrativo de crédito em poder de terceiros ou do executado	216
13.4 Multa por ausência de pagamento tempestivo	217
13.5 Honorários advocatícios	219
13.6 Ordem de penhora	220
Capítulo 14 – Disposições gerais sobre a execução autônoma	221
14.1 Considerações gerais	221
14.2 Competência	221
14.3 Cumprimento de atos executórios	222
14.4 Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	224
14.5 Petição inicial	225
14.6 Despacho inicial	227
14.7 Citação	229
Capítulo 15 – Embargos à execução	231
15.1 Considerações gerais	231
15.2 Procedimento dos embargos à execução	232
15.2.1 Oferecimento dos embargos à execução	232

15.2.2	Admissibilidade dos embargos à execução.....	234
15.2.3	Manifestação do embargado e instrução	235
15.2.4	Julgamento e recurso.....	237
15.3	Fundamentos dos embargos à execução	238
15.3.1	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação....	238
15.3.2	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	239
15.3.3	Excesso de execução.....	239
15.3.4	Cumulação indevida de execuções	240
15.3.5	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis	240
15.3.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	241
15.3.7	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.....	241
15.4	Efeito suspensivo	241
15.4.1	Requisitos para a concessão do efeito suspensivo	242
15.4.2	Limites do efeito suspensivo	243
15.4.3	Revisão da decisão relativa ao efeito suspensivo	244
15.4.4	Agravo de instrumento	244
15.5	Exceção de pré-executividade	245
15.6	Parcelamentos do crédito.....	246
15.6.1	Natureza jurídica e cabimento.....	246
15.6.2	Requisitos.....	247
15.6.3	Processamento	248
Capítulo 16 – Processo de execução de quantia certa contra devedor solvente		
16.1	Petição inicial.....	251

16.2 Requerimento de intimação de terceiros indiretamente atingidos pela penhora.....	254
16.3 Averbação premonitória.....	255
16.3.1 Averbação da execução admitida pelo juiz	256
16.3.2 Averbação da propositura da execução	257
16.4 Ordem de citação do devedor.....	259
16.5 Arresto executivo	260
Capítulo 17 – Penhora, depósito e avaliação de bens.....	263
17.1 Considerações gerais	263
17.2 Objeto da penhora	264
17.2.1 Utilidade da penhora	265
17.2.2 Ordem de bens penhoráveis	266
17.2.3 Intimação da penhora	267
17.3 Impenhorabilidades	268
17.3.1 Considerações gerais.....	268
17.3.2 Impenhorabilidade dos bens de família	269
17.3.3 Impenhorabilidade de bens inalienáveis e dos declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	270
17.3.4 Impenhorabilidade de móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	272
17.3.5 Impenhorabilidade de vestuários, bem como de pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	273
17.3.6 Impenhorabilidade de vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, bem como de quantias	

recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, ganhos de trabalhador autônomo e honorários de profissional liberal.....	274
17.3.7 Impenhorabilidade de livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado.....	277
17.3.8 Impenhorabilidade do seguro de vida	279
17.3.9 Impenhorabilidade dos materiais necessários para obras em andamento, salvo se elas forem penhoradas	280
17.3.10 Impenhorabilidade da pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	281
17.3.11 Impenhorabilidade dos recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.....	283
17.3.12 Impenhorabilidade da quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.....	283
17.3.13 Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei	285
17.3.14 Impenhorabilidade dos créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra	285
17.3.15 Penhorabilidade subsidiária dos frutos e rendimentos dos bens inalienáveis	286
17.4 Documentação da penhora	286
17.5 Lugar de realização da penhora.....	288
17.6 Modificação da penhora	290
17.6.1 Substituição da penhora requerida pelo executado.....	291
17.6.2 Substituição da penhora requerida por qualquer das partes...	292

17.6.3 Redução, ampliação e renovação da penhora	293
17.6.4 Alienação antecipada de bens	294
17.7 Modalidades especiais de penhora.....	294
17.7.1 Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira ...	294
17.7.2 Penhora de créditos.....	299
17.7.3 Penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas	301
17.7.4 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	301
17.7.5 Penhora de percentual de faturamento de empresa	302
17.7.6 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	304
17.8 Averbação da penhora no registro do bem	305
17.9 Depósito	306
17.10 Avaliação	307
Capítulo 18 – Expropriação de bens.....	311
18.1 Considerações gerais.....	311
18.2 Adjudicação.....	312
18.3 Alienação por iniciativa particular.....	315
18.4 Alienação por leilão judicial	316
18.4.1 Disposições gerais.....	316
18.4.2 Decisão que determina a realização do leilão.....	317
18.4.3 Edital do leilão	319
18.4.4 Leilão e arrematação	321

18.4.5 Aperfeiçoamento da arrematação	324
18.4.6 Vícios da arrematação.....	325
Capítulo 19 – Satisfação do crédito	327
19.1 Formas de satisfação do crédito	327
19.2 Pluralidade de credores ou exequentes.....	328
Capítulo 20 – Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente	329
20.1 Tutelas específicas	329
20.2 Tutela inibitória	331
20.3 Tutela de remoção de ilícito.....	333
20.4 Tutela ressarcitória	333
Capítulo 21 – Execução das obrigações de entregar coisa	335
21.1 Disposições gerais.....	335
21.2 Mecanismos executórios	336
21.3 Retenção e indenização por benfeitorias	338
Capítulo 22 – Execução das obrigações de fazer e de não fazer	339
22.1 Considerações gerais.....	339
22.2 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	342
22.3 Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial.....	342
22.4 Execução da tutela específica por terceiro à custa do executado	343
22.5 Execução da tutela pelo equivalente em dinheiro.....	345
Capítulo 23 – Multa coercitiva	347
23.1 Considerações gerais.....	347
23.2 Destinatário da multa.....	348

23.3 Cabimento.....	349
23.4 Critérios para fixação da multa coercitiva	351
23.4.1 Intimação do devedor e prazo para cumprimento do preceito	352
23.4.2 Periodicidade da incidência da multa.....	353
23.4.3 Valor da multa	354
23.5 Modificação ou exclusão da multa	359
23.5.1 Alteração do valor e da periodicidade da multa vincenda	359
23.5.2 Modificação da multa vencida.....	360
23.5.3 Exclusão da multa.....	362
23.6 Execução da multa	364
Capítulo 24 – Execução de obrigação de prestar alimentos.....	365
24.1 Considerações gerais.....	365
24.2 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	367
24.2.1 Regras gerais	367
24.2.2 Definição, mudança e cumulação de meios executórios	368
24.3 Processo de execução de alimentos.....	371
24.4 Medidas executórias para satisfação de obrigação de prestar alimentos.....	372
24.4.1 Prisão civil	372
24.4.2 Penhora e expropriação de bens.....	378
24.4.3 Desconto em folha.....	379
24.5 Execução de alimentos indenizatórios.....	381
Capítulo 25 – Execução contra a Fazenda Pública.....	383
25.1 Considerações gerais.....	383

2.5.1 Legitimidade	384
25.2 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	385
25.2.1 Impugnação ao cumprimento de sentença	386
25.3 Processo de execução contra a Fazenda Pública.....	387
25.3.1 Honorários.....	388
25.3.2 Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	389
25.4 Precatório	391
25.4.1 Expedição do precatório e sua tramitação.....	391
25.4.2 Formação da ordem cronológica e pagamentos preferenciais	393
25.4.3 Inclusão do crédito na proposta orçamentária e pagamento.....	395
25.4.4 Financiamento e parcelamento de precatórios.....	396
25.4.5 Cessão de crédito inscrito em precatórios	397
25.4.6 O inadimplemento dos precatórios e suas consequências: se- questro e intervenção.....	398
25.5 Regime especial de precatório	401
25.5.1 Instituição do regime especial	401
25.5.2 Principais regras específicas	402
25.5.3 Utilização de depósitos judiciais para a satisfação de precatórios	403
25.6 Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	404
Capítulo 26 – Execução fiscal.....	409
26.1 Considerações gerais.....	409
26.2 Legitimidade ativa e passiva.....	410
26.3 Competência	411

26.4	Dispensa da execução fiscal para créditos de pequeno valor	412
26.5	Ato atentatório à dignidade da justiça e fraude à execução	413
26.6	Petição inicial	414
26.7	Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	415
26.8	Despacho inicial e citação.....	418
26.9	Penhora e avaliação de bens	419
26.10	Expropriação de bens.....	422
26.11	Indisponibilidade de bens do artigo 185-A do CTN	423
26.12	Suspensão por ausência de bens e prescrição intercorrente.....	424
26.13	Satisfação do crédito	425
26.14	Recurso	426
26.15	Embargos à execução fiscal.....	427
Capítulo 27	– Execução por quantia certa contra devedor insolvente	431
27.1	Considerações gerais	431
27.2	Insolvabilidade.....	432
27.3	Legitimidade	432
27.4	Fase cognitiva.....	434
27.5	Fase executória.....	435
Capítulo 28	– Suspensão e extinção do processo executivo.....	439
28.1	Hipóteses de suspensão	439
28.1.1	Prescrição intercorrente	442
28.2	Extinção.....	445
Bibliografia	449